

INTERVENÇÃO DA MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

28 de outubro de 2020

NOTA: faz fé a versão lida

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Nos tempos de incerteza que atravessamos, a discussão do Orçamento do Estado ganha ainda maior relevância. Para além do desenvolvimento das linhas programáticas para o futuro do país, está em causa a definição da estratégia de resposta aos efeitos da crise.

Uma crise inédita e que interpela a nossa capacidade coletiva – em Portugal, na Europa e no Mundo – de enfrentarmos desafios de incomparável magnitude. Para além de controlar uma pandemia, temos de ser capazes de reforçar o nosso contrato social.

Para isto, precisamos de continuar a proteger as pessoas.

E para continuar a proteger as pessoas, temos de relançar a economia.

A proposta de OE que o Governo apresentou ao Parlamento visa, precisamente, este objetivo: fortalecer o Estado Social na sua missão elementar de estar ao lado de quem precisa, quando mais precisa; relançar a economia e apoiar a criação de emprego.

Portugal, depois de anos marcados por políticas de austeridade, iniciou, com o anterior governo PS, um percurso de recuperação de rendimentos e de recuperação do emprego.

Em 2019, a taxa de desemprego desceu para 6,5% por oposição aos 16,2% de 2013 ou aos 12,4% de 2015.

O salário mínimo chegou no início de 2020 a 635 euros, um valor que em muito contrasta com os 505 euros de 2015. O período mais longo de valorização do salário mínimo e com aumento mais significativo no presente século.

Como país, fizemos um caminho de mais trabalho, e trabalho mais valorizado, com melhores rendimentos para os salários mais baixos, com fortes políticas ativas de emprego, com uma contratação coletiva mais dinâmica.

Este caminho está a ser desafiado de forma abrupta pela situação pandémica que hoje vivemos.

Vivemos tempos para os quais ninguém estava preparado. Em nenhuma parte do mundo.

De um momento para o outro, uma pandemia com efeitos imprevistos colocou em risco o modelo normal de funcionamento das sociedades: das famílias, do emprego, da economia, exigindo uma resposta forte por parte do Estado.

Na saúde, na educação, na proteção social, no apoio ao emprego, no apoio às famílias, no apoio às pessoas mais vulneráveis, no apoio às empresas.

A dimensão da exigência e da resposta mostrou a importância do Estado Social.

Num curto espaço de tempo foram postas em prática múltiplas medidas e apoios extraordinários aos vários níveis.

Em Portugal, o Estado Social foi a primeira linha de resposta, implementando medidas e criando apoios excecionais para responder às situações que foram surgindo: as medidas de resposta à pandemia criadas pelo governo e implementadas pelo Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social chegaram a 2,2 milhões de pessoas e a 150 mil empresas, num valor global, incluindo isenções contributivas, de 2 mil milhões de euros até ao momento.

O Orçamento de Estado para 2021 aprofunda este caminho já iniciado: apoio aos rendimentos e às famílias, apoio ao emprego, apoio ao investimento nas qualificações e na proteção dos mais vulneráveis.

Porque acreditamos e sabemos que a resposta à crise pandémica que atravessamos não está na austeridade mas na recuperação económica, assente na defesa dos rendimentos dos trabalhadores e em políticas responsáveis de apoio ao emprego, de proteção das famílias e dos mais vulneráveis.

Por isso, o Orçamento da Segurança Social tem, em 2021, mais 1.960 milhões de euros face ao OE inicial de 2020.

A política não são números, mas os números traduzem opções políticas.

O crescimento do orçamento da Segurança Social traduz prioridades políticas claras, que são necessárias agora: o apoio a pessoas reais, a famílias reais, a trabalhadores do nosso país que passam dificuldades e que o Estado não pode deixar para trás.

Negar-lhes esse apoio, deixá-los fora dessa rede de proteção do Estado seria negar o nosso propósito como sociedade solidária, coesa, justa.

Este é um orçamento de mobilização da República ao regresso ao crescimento e ao emprego.

Um orçamento que cria uma prestação social extraordinária destinada a proteger os rendimentos dos trabalhadores. Uma nova prestação que, fruto do diálogo com os partidos de esquerda, foi sendo contruída para responder às situações que em 2021 previsivelmente mais necessitarão desta resposta, e que abrangerá um universo de 258 mil pessoas, com um custo associado de 633 milhões de euros.

É também um orçamento que aumenta estruturalmente para 504 euros o valor mínimo do subsídio de desemprego para quem trabalhou a tempo inteiro, passando a situá-lo acima do limiar de pobreza; medida que irá abranger 130 mil pessoas, com um custo de 75 milhões de euros.

É um orçamento que atribui a quem recebe o subsídio social de desemprego um complemento adicional correspondente ao valor da diferença para a nova prestação criada.

É um orçamento que contempla a prorrogação até dezembro de 2021 do apoio a trabalhadores informais em situação de desproteção social e económica previsto no orçamento suplementar de 2020.

E que continua a garantir, do lado das famílias e da proteção dos mais vulneráveis, o pagamento a 100 por cento das baixas por Covid-19 e do isolamento profilático, mas também a assistência a filhos menores de 12 anos que tenham de ficar em isolamento.

Estas são medidas necessárias, urgentes, que têm de ser aprovadas agora, porque há milhares de pessoas que irão precisar delas.

É um orçamento que reforça o abono de família e prevê o alargamento da gratuidade das creches de forma a que a Segurança Social suporte a participação familiar de todas as crianças cujas famílias estejam nos 1.º e 2.º escalão de rendimentos, que abrangerá 60 mil crianças, naquele que é um esforço para aumentar o rendimento disponível das famílias, mas também para permitir uma melhor conciliação entre a vida familiar e profissional dos pais.

Estas são medidas necessárias, urgentes, que têm de ser concretizadas agora, porque é agora que milhares de famílias precisam delas.

Este é também o orçamento que mais uma vez reforça o rendimento dos pensionistas com pensões mais baixas.

Em 2021, o aumento das pensões até 658 euros (1,5 IAS), chegará a 1,9 milhões de pessoas e terá um impacto de 270 milhões de euros.

Este é também o Orçamento que aumenta em 120 milhões de euros a Ação Social, para reforço das respostas de proximidade e do setor social e para o desenvolvimento de novas respostas e equipamentos sociais que a pandemia evidenciou serem tão necessários, além do alargamento do programa Radar Social a todo o país, para acompanhamento e combate ao isolamento das pessoas mais vulneráveis e reforço do apoio domiciliário.

Além de garantir em 2021 a duplicação da capacidade de resposta para 120 mil pessoas do Programa Alimentar, como dos mais 600 lugares de habitação para pessoas em situação de sem-abrigo.

Estas são medidas necessárias, urgentes, que têm de chegar ao terreno em 2021, porque é para isso que temos um Estado Social e foi para o reforçar que as esquerdas se uniram nos últimos anos.

Alguém pode compreender que a esquerda que se soube unir contra os devaneios da austeridade, se divida no momento atual?

O Estado Social existe para apoiar quem precisa, quando precisa.
E é agora, senhoras e senhores deputados, que é preciso.

Que é preciso o que este Orçamento promove, de forma estrutural, em termos de inclusão:

- a inclusão das pessoas deficiente no mercado de trabalho – através do lançamento do Programa Valor T
- a promoção de uma vida independente, através do reforço dos projetos MAVI, bem como da sua avaliação, com vista à definição da vida independente enquanto medida de política estruturante em Portugal;
- a promoção das acessibilidades físicas e digitais que garantam que todos os portugueses têm acesso a espaços e serviços públicos, mas também a conteúdos e ferramentas digitais.

É agora que é preciso.

Que é preciso este Orçamento que investe em medidas de apoio à criação e à manutenção do emprego, mas também de apoio à formação e à reconversão, com um reforço do IEFP de 49%, atingindo um orçamento de 1,3 mil Milhões €.

Com foco especial em programas dedicados aos jovens que ficaram desempregados e que foram dos primeiros a ser afetados durante a pandemia.

E também com programas para reconversão dos desempregados, capacitando-os para um mercado de trabalho naturalmente diferente e exigente.

É agora que é preciso e por isso os compromissos que assumimos durante todo o diálogo com os partidos de esquerda, também quanto a matéria laboral:

É agora que é preciso e por isso assumimos compromissos durante todo o diálogo com os partidos de esquerda, também quanto a matéria laboral:

- Quanto a continuar a trajetória de valorização real do SMN com o objetivo de atingir 750 euros no final da legislatura
- O combate forte à precariedade, com medidas específicas neste sentido
- A regulação das novas formas de trabalho e do teletrabalho
- O reforço dos direitos dos trabalhadores nas plataformas digitais
- O reforço dos meios da ACT
- O reforço das relações coletivas de trabalho
- A garantia que durante os momentos de crise não são colocados em risco os contratos coletivos de trabalho em vigor, estabelecendo legalmente uma moratória de 24 meses relativamente à caducidade
- A obrigação de manutenção do nível de emprego nas grandes empresas com lucros para acesso a benefícios fiscais e linhas de crédito com garantia pública
- A proibição de despedimentos por parte de empresas abrangidas por apoios públicos associados à pandemia e ao emprego

Estas são medidas de um Orçamento que faz escolhas.
Escolhas responsáveis e necessárias, de um país solidário.

Escolhas erradas, já tivemos nas crises passadas. Sabemos bem onde isso nos levou.

Vivemos tempos de enorme incerteza.

Com uma crise evidente na procura.

Importa atuar, colocando recursos - sempre escassos - nas opções mais necessárias.

Nas famílias, sobretudo nas mais fustigadas pela pandemia, confrontadas agora pelo Desemprego e pela exclusão social.

Nas empresas, para que funcionando, criem valor, mantenham emprego.

Nas instituições que de forma complementar ajudam o Estado a cumprir a função social.

Recusar estas políticas urgentes e necessárias perante uma crise histórica é colocar-se do lado errado da história.

Este, senhoras e senhores deputados, é um Orçamento para tempos de emergência, mas é um Orçamento que não se limita a olhar para a emergência.

É um Orçamento coerente com um caminho já feito, que se orgulha desse caminho, e que o quer continuar no futuro, com investimentos estruturais.

Este não é um orçamento que olhe só para agora.

Os desafios que enfrentamos atualmente têm de servir como oportunidade para agir sobre o futuro.

Temos de mudar o que tem de ser mudado, assumindo novas respostas que melhor se adequam à realidade e aos desafios que temos, promovendo uma segurança social mais robusta, mais justa, mais digital, mais próxima das pessoas, com soluções adaptadas às necessidades de cada um e abandonando modelos de funcionamento e de respostas obsoletos.

As respostas que damos hoje não são só para hoje – são os pilares do futuro.

Este é o nosso compromisso.

Estes são os nossos compromissos que, com força, assumimos com este orçamento.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRA DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Este é o tempo do Estado Social e da união de todos os que nele acreditam.
Estou certa que todos saberemos estar à altura das enormes responsabilidades que os tempos de hoje nos exigem.
Seremos como sociedade aquilo que conseguirmos responder em conjunto.